



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA,
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
CONCURSO PÚBLICO – NÍVEL MÉDIO

**201 – TÉCNICO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL –
ESPECIALIDADE TÉCNICO ADMINISTRATIVO**

DATA E HORÁRIO DA PROVA: 10/4/2010 – 14h

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do **chefe de sala**:
 - Um **caderno de questões** da prova objetiva, contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta.
 - Um **cartão de respostas** óptico personalizado.
- Ao ser autorizado o início da prova, o candidato deverá verificar se a numeração das questões, a paginação e a codificação do **cartão** estão corretas.
- O candidato dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo.
- Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** óptico da prova objetiva.
- Ao candidato somente será permitido levar o **caderno de questões** após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** óptico e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, o candidato deve entregar ao **chefe de sala** o **cartão de respostas** óptico devidamente assinado.
- O candidato deve deixar sobre a carteira apenas o **documento de identidade** e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. O candidato deverá desligar e entregar ao **chefe de sala** régua de cálculo, calculadora, agenda eletrônica, *palmtop*, *bip*, *pager*, *notebook*, telefone celular, gravador, máquina fotográfica, *walkman*, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, relógio, ou qualquer outro equipamento desse tipo e qualquer tipo de arma, mesmo que com porte autorizado.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas** óptico. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** óptico a alternativa que mais adequadamente a responde.
- A questão que tiver mais de uma resposta assinalada será considerada errada, mesmo que uma das assinalações esteja correta.
- O **cartão de respostas** óptico **não** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** óptico é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo a seguir:

Marque as respostas **assim**: ■

Realização:



PROVA APLICADA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I, para responder às questões de 1 a 4.

1 A União Europeia inaugurou um novo patamar de
2 integração política e econômica no globo. A cooperação entre
3 seus países permitiria à região fazer frente a outras
4 potências, como os Estados Unidos e o Japão, e, assim,
5 assegurar o bem-estar social e a segurança de sua
6 população. Com o passar dos anos, o bloco incorporou
7 nações menos desenvolvidas do continente e instituiu uma
8 moeda única, o euro, que atraiu investidores e chegou a
9 ameaçar o domínio do dólar como reserva internacional de
10 valor. Mas a crise financeira mundial fez emergir as
11 fragilidades na estrutura econômica de algumas nações do
12 bloco. À medida que a turbulência dos mercados se
13 acentuou, veio à tona a irresponsabilidade fiscal de alguns
14 países, sobretudo a Grécia. Diante do risco de que o *deficit*
15 crescente no orçamento grego pudesse contaminar outros
16 europeus com situação fiscal semelhante e pôr em xeque a
17 confiabilidade do bloco, líderes regionais reuniram-se às
18 pressas na semana passada. Ao fim do encontro, chegou-se
19 a um acordo para ajudar a Grécia. Ainda que não tenha sido
20 feita menção formal a um resgate financeiro, a reunião serviu
21 para acalmar o temor dos investidores internacionais.

22 A condição para que os gregos recebam a ajuda é
23 que eles apresentem um plano de ajuste orçamentário. Foi o
24 que fez o ministro de finanças, George Papaconstantinou,
25 que propôs enxugar os gastos e reduzir o *deficit* fiscal para
26 3% do PIB, como determina o Tratado de Maastricht. Hoje, o
27 rombo no orçamento é de 13% do PIB, um dos índices mais
28 elevados do planeta. As medidas de ajuste incluem o
29 congelamento dos salários dos servidores públicos e o
30 aumento da idade mínima para aposentadoria. Levantar as
31 reformas adiante terá um custo político: na semana passada,
32 as ruas de Atenas foram tomadas por manifestantes, e os
33 funcionários públicos entraram em greve. Afirma Carlos
34 Langoni, da Fundação Getúlio Vargas: "Economias pequenas
35 se beneficiaram com a adoção do euro, mas tiveram de
36 abdicar do controle de sua política monetária, que fica a
37 cargo do Banco Central Europeu. Em um momento de crise,
não podem aumentar os juros ou desvalorizar a sua moeda,
o que dificulta a recuperação."

In: *Veja*, 17/2/2010, p. 57 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Com relação às ideias do texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) A cooperação entre os países da União Europeia permitiria que cada país estivesse à frente de potências como os Estados Unidos e o Japão.
- (B) A instituição de moeda única, o euro, provocou duas situações: a aproximação de investidores e a ameaça da predominância da moeda americana como reserva internacional de valor.
- (C) A crise financeira mundial recente provocou abalos na economia das nações que integram o bloco, em especial na da Grécia.
- (D) Por apresentar receitas superiores às despesas, a Grécia, como país-membro da União Europeia, abalou a confiabilidade no bloco.
- (E) Líderes regionais do bloco europeu entraram em consenso na ajuda à Grécia, o que, de imediato, atraiu novos investidores internacionais.

QUESTÃO 2

Ainda com relação ao texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) O ministro de finanças grego, George Papaconstantinou, cumpriu o necessário para que a Grécia recebesse ajuda, isto é, propôs plano de adequação orçamentária, em que se previa diminuir gastos.
- (B) Atualmente, o *deficit* orçamentário equivale a 13% do produto interno bruto do país, o que corresponde ao índice mais elevado do planeta.
- (C) Para conter a crise no orçamento, o governo terá, entre outras ações, de reduzir os salários dos servidores públicos e rever os requisitos para concessão de aposentadoria.
- (D) Revoltada com o rombo no orçamento, a população ocupou as ruas da capital grega e conclamou os servidores públicos a entrar em greve.
- (E) Na opinião de especialistas, a crise na Grécia deve-se à sua adesão à União Europeia, pois o país entregou o controle de sua política monetária ao Banco Central Europeu, que deixou de aumentar os juros.

QUESTÃO 3

Cada uma das alternativas a seguir apresenta reescritura de fragmento do texto I. Assinale aquela em que a reescritura mantém a ideia original.

- (A) A União Europeia lançou um novo andar para a integração política e econômica no globo (linhas 1 e 2).
- (B) A cooperação entre seus países faria que a região esbarrasse em outras potências, como os Estados Unidos e o Japão (linhas de 2 a 4).
- (C) A crise, contudo, trouxe à tona a solidez da economia de certos países que integram a União Europeia (linhas de 10 a 12).
- (D) Diante do risco de que o *deficit* crescente no orçamento grego pudesse influenciar outros países europeus que apresentam situação fiscal similar e comprometer a confiabilidade da União Europeia, líderes regionais encontraram-se às pressas na semana passada (linhas de 14 a 18).
- (E) Ainda que não tenha sido discutida uma solução financeira, o encontro teve como objetivo reduzir o medo dos investidores internacionais (linhas de 19 a 21).

QUESTÃO 4

Cada uma das alternativas a seguir apresenta reescritura de fragmento do texto I. Assinale aquela em que a reescritura **não apresenta erro** de pontuação.

- (A) A cooperação entre seus países, permitiria à região fazer frente a outras potências, como os Estados Unidos e o Japão, e assim, assegurar o bem-estar social e a segurança da população (linhas de 2 a 6).
- (B) Com o passar dos anos o bloco incorporou nações menos desenvolvidas do continente; e instituiu uma moeda única — o euro que atraiu investidores e chegou a ameaçar o domínio do dólar como reserva internacional de valor (linhas de 6 a 10).
- (C) Mas, a crise financeira mundial fez emergir as fragilidades na estrutura econômica de algumas nações do bloco: à medida que, a turbulência dos mercados se acentuou, veio à tona a irresponsabilidade fiscal de alguns países, sobretudo a Grécia (linhas de 10 a 14).
- (D) Diante do risco de que o *deficit* crescente no orçamento grego pudesse contaminar outros europeus com situação fiscal semelhante e pôr em xeque a confiabilidade do bloco, líderes regionais reuniram-se, às pressas, na semana passada (linhas de 14 a 18).
- (E) Levar as reformas adiante terá um custo político. Na semana passada, as ruas de Atenas, foram tomadas por manifestantes e os funcionários públicos entraram em greve (linhas de 30 a 33).

Texto II, para responder às questões de 5 a 7.

1 A verdadeira consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos surge em meados do século XX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de
4 Thomas Buergenthal: "O moderno Direito Internacional dos Direitos Humanos é um fenômeno do pós-guerra. Seu desenvolvimento pode ser atribuído às monstruosas
7 violações de direitos humanos da era Hitler e à crença de que parte dessas violações poderia ser prevenida se um efetivo sistema de proteção internacional de direitos humanos
10 existisse."

A internacionalização dos direitos humanos constitui, assim, um movimento extremamente recente na história, surgido a partir do pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. Apresentando o Estado como o grande violador de direitos humanos, a Era Hitler foi marcada pela lógica da destruição e da descartabilidade da pessoa humana, o que resultou no extermínio de onze milhões de pessoas. O legado do nazismo foi condicionar a titularidade de direitos, ou seja, a condição de sujeito de direitos à pertinência a determinada raça — a raça pura ariana. No dizer de Ignacy Sachs, o século XX foi marcado por duas guerras mundiais e pelo horror absoluto do genocídio concebido como projeto político e industrial.

25 No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa
28 humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável. A barbárie do totalitarismo significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, por meio da negação do valor da pessoa humana como valor-fonte do direito. Diante
31 dessa ruptura, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral. Nesse cenário, o maior direito
34 passa a ser, adotando a terminologia de Hannah Arendt, o direito a ter direitos, ou seja, o direito a ser sujeito de direitos.
37

Flávia Piovesan. **Direito constitucional internacional e os direitos humanos**. Saraiva, 2007 (com adaptações).

QUESTÃO 5

Com relação às ideias do texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) O Direito Internacional dos Direitos Humanos nasce por volta da década de 50 do século XX, como resultado da Segunda Guerra Mundial.
- (B) Como decorrência das práticas empregadas por seu regime, Hitler defendeu a internacionalização dos direitos humanos.
- (C) O estudo aprofundado da história revela que, na verdade, era o Estado o responsável pelas constantes violações aos direitos humanos, e não o regime nazista, cuja criação e difusão se devem a um de seus grandes expoentes, Hitler.
- (D) Para os nazistas, somente tinham direitos — sejam direitos humanos ou quaisquer outros — os indivíduos pertencentes à raça ariana.
- (E) Apenas duas guerras marcaram o século XX, mas elas foram suficientes para incutir no ser humano a absoluta repulsa ao genocídio.

QUESTÃO 6

Ainda com relação ao texto II, assinale a alternativa correta.

- (A) A reconstrução dos direitos humanos apenas se faz necessária a partir do momento em que o homem se torna supérfluo e descartável, isto é, quando ele deixa de ter valor.
- (B) É possível que o homem restabeleça a lógica do razoável a partir da reconstrução dos direitos humanos.
- (C) O totalitarismo não chega a negar o valor da pessoa humana, mas ele é capaz de romper com o que se defende na área dos direitos humanos.
- (D) Após a era nazista, a humanidade, naturalmente, deparou-se com os direitos humanos reconstruídos.
- (E) Para Hannah Arendt, o indivíduo tem direito a ser propiciador de direitos.

QUESTÃO 7

Cada uma das alternativas a seguir apresenta reescritura de fragmento do texto II. Assinale aquela em que a reescritura **apresenta erro** relacionado ao emprego ou à ausência do sinal indicativo de crase.

- (A) Seu desenvolvimento pode ser atribuído a violações de direitos humanos (linhas de 5 a 7).
- (B) O legado do nazismo foi condicionar a titularidade de direitos aquele que pertencesse à raça ariana (linhas de 18 a 21).
- (C) pelo horror absoluto à exterminação (linhas 22 e 23).
- (D) a ruptura do paradigma deve-se à barbárie do totalitarismo (linhas 30 e 31).
- (E) é necessária a reconstrução dos direitos humanos (linhas 33 e 34).

QUESTÃO 8

Homens e mulheres poderiam ter feito outra opção. No lugar da sociedade de consumo, a sociedade da abundância, na qual se preserva e economiza mais do que se destrói e se gasta. Mas isso não ocorreu. Trabalhamos cada vez mais, porque é fundamental ter cada vez mais. Por comprarmos itens além do necessário, precisamos aumentar a produção sempre. Quando as pessoas entram na lógica do consumo, elas perdem a figura do “ser humano integral”, aquele que decide o que quer sem se atrelar ao último modelo de carro, à grife mais famosa, aos apelos do *marketing* e da propaganda.

Internet: <<http://www.problemasambientais.com.br>>.

Analisando-se o contexto social abordado pelo fragmento de texto, é correto afirmar que “é fundamental ter cada vez mais” porque

- (A) as sociedades contemporâneas, fortemente influenciadas pelo consumo, sentem-se obrigadas a acumular bens e rendimentos, visando à segurança no futuro.
- (B) os recursos naturais são exauríveis, o que geraria uma pressão em consumir o mais rapidamente possível, antes que não haja mais disponibilidade.
- (C) há, no mundo atual, progressivamente uma maior preocupação em buscar um mundo sustentável para as gerações vindouras, o que pode ser explicado pela ideia de “ser humano integral”.
- (D) os “apelos do *marketing* e da propaganda” atingem os consumidores por igual, o que provoca uma homogeneidade global nos padrões de comportamento e de consumo.
- (E) as sociedades modernas atribuem maior ou menor *status* às pessoas em função de seu padrão de consumo, o que gera, no consumidor comum, uma obsessão de adquirir bens, para melhorar, aos olhos dos outros, seu papel no meio em que vive.

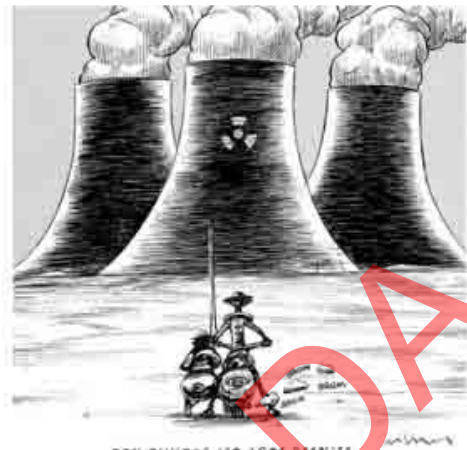
QUESTÃO 9

Acerca do que prevê o sistema educacional brasileiro e dos aspectos gerais da educação pública no país, assinale a alternativa correta.

- (A) Não há, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determinação expressa para a educação de pessoas portadoras de necessidades especiais, cabendo exclusivamente aos estados e aos municípios as decisões a respeito desses alunos.
- (B) O sistema federal de ensino compreende as instituições de ensino mantidas pela União, as instituições de educação superior criadas e mantidas por organizações não governamentais (ONGs) e os órgãos federais de educação, excluindo-se as instituições de ensino superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.
- (C) Entre as competências dos estados e municípios, podem-se mencionar o recenseamento da população em idade escolar para o ensino fundamental e a realização de sua chamada pública.
- (D) Os alunos portadores de necessidades especiais deverão ser atendidos, sempre que possível, em classes especializadas, evitando-se ao máximo sua inclusão em classes regulares.
- (E) Entre os princípios da educação nacional, encontram-se o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, quando o aluno não auferir rendimentos que permitam sua própria subsistência.

QUESTÃO 10

Obama anuncia US\$ 8,3 bi para a primeira usina nuclear dos EUA em 30 anos



(16/2/2010) WASHINGTON – O presidente americano, Barack Obama, anunciou nesta terça-feira US\$ 8,3 bilhões em garantias de empréstimos para a construção da primeira usina nuclear dos Estados Unidos em quase três décadas, o que pode contribuir para a aprovação de uma nova lei climática no Congresso.

Obama disse que seu país precisa aumentar a oferta de energia nuclear para atender as suas necessidades energéticas e combater a mudança climática.

Internet: <<http://oglobo.globo.com>>.

A respeito da temática abordada no texto e acerca de outros assuntos a ela relacionados, assinale a alternativa correta.

- (A) Sem considerar a hipótese de acidentes e do descarte do lixo radiativo, o uso da energia nuclear é menos maléfico ao meio ambiente do que o uso de energia oriunda de combustíveis fósseis, o que justifica as ideias do último período do texto.
- (B) A energia nuclear é obtida a partir da fusão dos átomos de hidrogênio e de nitrogênio, em um processo que exige elevado conhecimento tecnológico, restrito, atualmente, aos países mais ricos do mundo.
- (C) Nunca ocorreram, nos Estados Unidos, acidentes em usinas nucleares. O fato de o país passar quase três décadas sem construir novas usinas deve-se somente ao alto custo de geração desse tipo de energia.
- (D) Único país do mundo vítima de ataques com bombas atômicas, o Japão renunciou, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ao uso de energia nuclear, mesmo que para fins pacíficos.
- (E) O Brasil, por recusar-se a aderir ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), é potencial produtor desse tipo de armamento, razão pela qual o país vem adotando política de apoio ao Irã, que busca o desenvolvimento de bombas atômicas.

QUESTÃO 11

Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Se Pedro nasceu na África do Sul, de mãe sul-africana e de pai brasileiro que estava nesse país a serviço de empresa multinacional do ramo da mineração, especializada na extração de diamantes, então, pelo critério do *jus sanguinis*, se o pai de Pedro registrá-lo em repartição brasileira competente, Pedro será brasileiro nato.
- (B) A ação constitucional de mandado de segurança visa à proteção de direitos individuais e(ou) de direitos coletivos.
- (C) A liberdade de reunião, que se insere no amplo conceito de liberdade de expressão, submete-se tão somente à exigência constitucional de autorização prévia da autoridade competente.
- (D) Os analfabetos, embora sejam alistáveis, não dispõem de capacidade eleitoral passiva. No caso, cuida-se de inelegibilidade absoluta.
- (E) A irredutibilidade salarial é direito social fixado na Constituição Federal, mas que poderá ser exceção por cláusulas fixadas em convenções e acordos coletivos.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa correta, no tocante à organização do Estado disciplinada na Constituição Federal.

- (A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende apenas os estados, os municípios e o Distrito Federal, todos entes autônomos.
- (B) A Constituição confere aos municípios poder de auto-organização, que é a possibilidade de eleição de prefeito, de vice-prefeito e de vereadores sem interferência da União e dos estados, e poder de autogoverno, que se manifesta por meio da elaboração de lei orgânica municipal.
- (C) A União, os estados, os municípios e o Distrito Federal têm suas competências taxativamente fixadas na Constituição Federal.
- (D) O Distrito Federal tem competência para organizar e manter Poder Judiciário próprio.
- (E) Atualmente, não existe território no Brasil. Caso haja a criação de algum território, situação autorizada pela Constituição Federal, ele não será dotado de autonomia.

QUESTÃO 13

Acerca do regime de previdência dos servidores públicos, disciplinado na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Contribuem para a manutenção do sistema de previdência o ente público, os servidores ativos e inativos e os pensionistas.
- (B) Dado o caráter contributivo e solidário do regime de previdência, o servidor, para fazer jus à aposentadoria, terá como único critério o tempo de serviço.
- (C) O regime de previdência é assegurado aos ocupantes de cargos efetivos e comissionados da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, abrangendo, inclusive, as respectivas autarquias e fundações.
- (D) A concessão de aposentadoria obedecerá a critérios e a requisitos equivalentes para todos os servidores submetidos ao regime de previdência.
- (E) É proibida a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do regime de previdência próprio dos servidores públicos. Servidores que acumulam cargos na forma admitida pela Constituição Federal deverão, para concessão de aposentadoria adicional, aderir a outro regime de previdência, tal como o regime geral de previdência social.

QUESTÃO 14

Acerca dos direitos humanos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) No Brasil, não se admite a prisão civil decorrente do inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- (B) A proteção aos direitos humanos não é expressamente prevista na Constituição Federal, motivo pelo qual se faz necessária a adesão do Brasil a tratados e a convenções internacionais sobre direitos humanos, tal como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos — Pacto de San José da Costa Rica, de 1969.
- (C) Os tratados internacionais que versam sobre direitos humanos podem ingressar no ordenamento jurídico brasileiro com hierarquia de lei ordinária.
- (D) Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados no Senado Federal em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, têm *status* de emenda constitucional.
- (E) De acordo com o direito constitucional brasileiro, as normas relacionadas aos direitos humanos não têm aplicação imediata, necessitando de regulamentação por parte do legislador comum.

QUESTÃO 15

O Distrito Federal integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e, assim como esta, possui fundamentos. Os valores fundamentais do Distrito Federal **não** incluem

- (A) a plena cidadania.
- (B) os valores sociais do trabalho.
- (C) o pluralismo político.
- (D) os valores sociais da livre iniciativa.
- (E) a preservação de sua soberania como ente federativo.

QUESTÃO 16

A respeito da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa correta.

- (A) O Distrito Federal possui plena autonomia política e administrativa, mas não financeira, dependendo da União para gerir suas finanças.
- (B) É objetivo prioritário do Distrito Federal garantir e promover os direitos humanos fixados apenas na Constituição Federal.
- (C) Se Rafael é testemunha do crime de estupro praticado por Carlos contra Ana Paula, então, compete ao Poder Público assegurar a proteção à integridade física e psicológica de Ana Paula, de Rafael e, ainda, do pai de Rafael.
- (D) É dispensado ao cidadão, para o exercício de seu direito de petição ou de representação, o pagamento de taxas, mas faz-se necessária a garantia de instância, caso o cidadão queira interpor recurso.
- (E) Para garantir a plena execução de seu programa de desenvolvimento econômico-social, o Distrito Federal deverá concentrar suas ações no território correspondente ao espaço físico-geográfico que se encontra sob seu domínio e jurisdição, sem buscar a integração com a região do entorno do Distrito Federal.

QUESTÃO 17

Acerca da organização administrativa do Distrito Federal, conforme prevista na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa correta.

- (A) A segmentação do Distrito Federal em regiões administrativas constitui técnica de descentralização administrativa e visa à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.
- (B) O poder, em cada região administrativa, é exercido por um prefeito eleito pela população residente na respectiva região, o qual perceberá, como remuneração, valor igual ou inferior à remuneração fixada para os secretários de Estado do Distrito Federal.
- (C) Somente ao governador do Distrito Federal cabe a decisão de criação e de extinção de regiões administrativas.
- (D) O Conselho de Representantes Comunitários, com sede na cidade de Brasília, é o órgão responsável por fiscalizar as atividades desenvolvidas por todas as regiões administrativas do Distrito Federal.
- (E) As administrações regionais, por gozarem de relativa autonomia, não integram a estrutura administrativa do Distrito Federal.

QUESTÃO 18

Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato administrativo, para ser válido, prescinde do requisito finalidade.
- (B) Se o secretário de Estado de Educação do Distrito Federal editar ato administrativo de competência exclusiva do governador do Distrito Federal, então esse ato estará privado de vício passível de ser sanado.
- (C) Ato complexo é o ato formado com a manifestação de vontade de um só órgão, mas que, para ter exequibilidade, necessita que outro órgão edite ato que o aprove.
- (D) Se Eduardo recebeu multa de trânsito por trafegar em velocidade superior à permitida para a via, então essa multa constitui ato administrativo de império.
- (E) A presunção de legitimidade é atributo presente em todos os atos administrativos, segundo o qual o ato, desde sua origem, possui presunção absoluta de validade.

QUESTÃO 19

Acerca de agentes e de órgãos públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O jurado que compõe o tribunal do júri é exemplo de agente delegado, que a administração pública convoca para o desempenho de atividades de caráter transitório, em razão de sua condição cívica.
- (B) É possível classificar os agentes administrativos em duas espécies: os servidores públicos, que ocupam cargo público e possuem vínculo estatutário com a administração pública, e os empregados públicos, que ocupam emprego público e mantêm vínculo contratual com a Administração.
- (C) A Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania é exemplo de órgão público do Governo do Distrito Federal, possuindo personalidade jurídica própria.
- (D) Todo órgão resulta do processo de descentralização administrativa.
- (E) Conforme assinala a doutrina administrativa, somente pode ser denominado agente público o indivíduo que exerce atividade do Estado mediante retribuição financeira.

QUESTÃO 20

Considere as seguintes situações hipotéticas:

- Luíza é servidora pública e exerce atividades relacionadas à digitação de textos. Após grave acidente de carro, Luíza teve ambas as mãos amputadas.
- Catarina era servidora pública estável do Governo do Distrito Federal. Após responder a processo administrativo disciplinar, Catarina foi demitida do serviço público. Posteriormente, Catarina, pela via judicial, teve sua demissão invalidada.
- Diego é aposentado por invalidez permanente, devido a problemas renais. Após se submeter a transplante renal, junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- Tereza era servidora pública estável da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal. Após ser aprovada em concurso público para o Tribunal de Contas do Distrito Federal, Tereza pediu exoneração do cargo e iniciou estágio probatório em seu novo cargo no Tribunal. Ao término do período de estágio, Tereza foi inabilitada para o exercício do cargo.

Considerando os fatos descritos, Luíza, Catarina, Diego e Tereza sofrerão, respectivamente,

- (A) recondução, reversão, readaptação e demissão.
- (B) reversão, recondução, readaptação e transferência.
- (C) readaptação, reversão, aproveitamento e recondução.
- (D) aproveitamento, nomeação, promoção e reversão.
- (E) readaptação, reintegração, reversão e recondução.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é correto afirmar que

- (A) a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, não sendo possível opor-se aos pais.
- (B) a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, até mesmo no de adoção por estrangeiros.
- (C) a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, mesmo previdenciários.
- (D) o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros impede sempre o exercício do direito de visitas pelos pais.
- (E) a guarda poderá ser revogada somente ao final do prazo estabelecido, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.

QUESTÃO 22

A respeito da adoção, é correto afirmar que

- (A) é permitida a adoção por procuração, desde que esta conste de documento com poderes específicos para tal fim.
- (B) podem adotar os maiores de vinte e um anos, independentemente do estado civil.
- (C) é indispensável, para adoção conjunta, que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
- (D) a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, exceto os vínculos sucessórios quando tal fato for benéfico ao adotado.
- (E) os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros não podem adotar conjuntamente.

QUESTÃO 23

A respeito da adoção, assinale a alternativa correta.

- (A) A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.
- (B) O estágio de convivência não poderá ser dispensado, ainda que o adotando já esteja sob a tutela ou guarda legal do adotante, pois é necessário avaliar a conveniência da constituição do vínculo.
- (C) O adotado, somente após completar dezoito anos, passa a ter direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes.
- (D) A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.
- (E) Os brasileiros residentes no exterior não terão preferência em relação aos estrangeiros, nos casos de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro, tendo em vista o princípio constitucional da igualdade.

QUESTÃO 24

As entidades que desenvolvem programas de internação têm, entre outras, a obrigação de

- (A) restringir direitos, ainda que estes não tenham sido objeto de restrição na decisão de internação.
- (B) diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares, após o período inicial de 45 dias.
- (C) propiciar assistência religiosa a todos os internos, de acordo com suas crenças, pelo menos uma vez por semana.
- (D) comunicar às autoridades competentes os casos de adolescentes portadores de moléstias infecto-contagiosas, exceto HIV, para preservar o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.
- (E) proceder a estudo social e pessoal de cada caso.

QUESTÃO 25

Quanto às medidas especiais de proteção, assinale a alternativa correta.

- (A) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas definitivas, utilizáveis como forma de reintegração familiar.
- (B) É desnecessária a expedição de guia de acolhimento para encaminhar crianças e adolescentes às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não.
- (C) O plano individual será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável.
- (D) As medidas de proteção serão aplicadas apenas nas hipóteses de estar regularizado o registro civil.
- (E) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados, exclusivamente na hipótese de falta, omissão ou abuso dos pais ou do responsável.

QUESTÃO 26

Quanto aos atos infracionais, assinale a alternativa correta.

- (A) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de 83 dias.
- (B) Ao ato infracional praticado por criança, corresponderão as mesmas medidas previstas para o adolescente, tendo em vista o princípio da isonomia.
- (C) Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente deverá aplicar ao adolescente as medidas previstas em lei, iniciando sempre pela advertência.
- (D) O estabelecimento educacional não poderá contar com grades, caso abrigue menor a quem foi aplicada a internação, em virtude de prática de ato infracional.
- (E) Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

QUESTÃO 27

Acerca das medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta.

- (A) Em todas as hipóteses de ato infracional, a autoridade poderá determinar que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
- (B) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
- (C) A liberdade assistida será adotada sempre como medida de progressão de cumprimento de medida de internação, não se afigurando a medida mais adequada para a aplicação desde o início.
- (D) O regime de semiliberdade não possibilita a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.
- (E) A medida de semiliberdade pode ser determinada pelo prazo máximo de um ano.

QUESTÃO 28

A respeito da medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa correta.

- (A) Na medida de internação, não será permitida a realização de atividades externas.
- (B) A medida pode ser determinada pelo prazo máximo de um ano.
- (C) A liberação será compulsória aos 21 anos de idade.
- (D) Uma vez cumprida sua medida educativa, a desinternação deve ser determinada pelo diretor do estabelecimento educacional.
- (E) A medida de internação poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional qualificado, como tráfico de entorpecentes, independentemente de outros requisitos.

QUESTÃO 29

Assinale a alternativa correta.

- (A) O encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico é medida aplicável aos pais ou aos responsáveis.
- (B) O encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família é medida aplicável somente aos padrastos e às madrastas.
- (C) A inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos é medida aplicável exclusivamente aos adolescentes.
- (D) O encaminhamento a cursos ou a programas de orientação é medida aplicável aos adolescentes.
- (E) A obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado é medida aplicável aos assistentes sociais.

QUESTÃO 30

As entidades de atendimento que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar o princípio do(a)

- (A) preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar.
- (B) desmembramento de grupos de irmãos, quando este facilitar a inclusão em família substituta.
- (C) preferência da integração em família substituta.
- (D) estímulo à família para reintegração.
- (E) participação de assistentes sociais no processo educativo, sem participação da comunidade.

QUESTÃO 31

A respeito do conselho tutelar, assinale a alternativa correta.

- (A) É órgão permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (B) Em cada município, excluído o Distrito Federal, haverá, no mínimo, um conselho tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.
- (C) Para a candidatura a membro do conselho tutelar, serão exigidos os requisitos de reconhecida idoneidade moral, idade superior a dezoito anos e residência no município.
- (D) É atribuição do conselho tutelar encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.
- (E) As decisões do conselho tutelar poderão ser revistas pela autoridade do Poder Executivo, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa que apresenta princípio que rege a política de assistência social.

- (A) Supremacia do atendimento às necessidades sociais, devendo ser conciliado com a possibilidade de rentabilidade econômica, a fim de dar recursos ao Estado para cumprir seus desígnios.
- (B) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial afastado das demais políticas públicas.
- (C) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, exigindo-se sempre comprovação de necessidade por todos os meios.
- (D) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- (E) Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público, reservando a divulgação dos critérios para sua concessão.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa que apresenta serviço social especial de média complexidade.

- (A) Família substituta.
- (B) Serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência.
- (C) Família acolhedora.
- (D) Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada).
- (E) Trabalho protegido.

QUESTÃO 34

Os serviços de proteção básica de assistência social incluem

- (A) o serviço de orientação e apoio sociofamiliar.
- (B) o plantão social.
- (C) a abordagem de rua.
- (D) o cuidado no domicílio.
- (E) os projetos de geração de trabalho e renda.

QUESTÃO 35

A política pública de assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando ao seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender a contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, essa política objetiva

- (A) descentralizar político-administrativamente, para os estados, o Distrito Federal e os municípios, o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais.
- (B) assegurar a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- (C) assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária.
- (D) manter a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
- (E) garantir a centralidade da família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

QUESTÃO 36

Os serviços de proteção básica e especial devem ser organizados de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa. Na operação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é assegurado a seus usuários o direito

- (A) à matricialidade sociofamiliar.
- (B) à descentralização político-administrativa e a territorialização.
- (C) a novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil.
- (D) a financiamento.
- (E) ao protagonismo e à manifestação de seus interesses.

QUESTÃO 37

Os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo algumas referências. A vigilância social refere-se a

- (A) produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida.
- (B) benefícios continuados e eventuais que assegurem proteção social básica a idosos e a pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento.
- (C) ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, mediante a oferta de experiências socioeducativas, lúdicas, socioculturais, desenvolvidas em rede de núcleos socioeducativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, suas características e necessidades.
- (D) ações, cuidados, serviços e projetos operados em rede com unidade de porta de entrada destinada a proteger e a recuperar em situações de abandono e isolamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.
- (E) informação sobre o funcionamento dos serviços, entendidos como direito primário do cidadão, sobretudo daqueles com vivência de barreiras culturais, com limitações físicas.

QUESTÃO 38

Assinale a alternativa que apresenta eixo estruturante do SUAS.

- (A) Comando único por esfera da gestão, orientado pela PNAS/2004, devidamente aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
- (B) Precedência da gestão pública da política.
- (C) Caracterização por meio de normas operacionais básicas que estabeleçam padrões de desempenho, padrões de qualidade e referencial técnico-operativo.
- (D) Articulação intersetorial de competências e ações entre o SUAS e o Sistema Nacional de Previdência Social, gerando os vínculos entre sistemas contributivos e não contributivos.
- (E) Sistema de gestão de pessoas por meio, entre outros, da contínua capacitação de gestores e dos agentes operadores das ações de assistência social.

QUESTÃO 39

No âmbito da assistência social, a vigilância social

- (A) considera o cidadão e a família não como objeto de intervenção, mas como sujeito protagonista da rede de ações e serviços.
- (B) abre espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo social, atuando sob o princípio da reciprocidade baseada na identidade e no reconhecimento concreto.
- (C) sustenta a auto-organização do cidadão e da família no desenvolvimento da função pública.
- (D) deve conter normas que disponham sobre o seu funcionamento e o acesso aos benefícios, sob garantia de concretização dos direitos socioassistenciais.
- (E) identifica a incidência de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos vítimas de formas de exploração, de violência, de maus-tratos e de ameaças.

QUESTÃO 40

A proteção social de assistência social, ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, tem por princípio a(o)

- (A) segurança de acolhida.
- (B) garantia social de renda.
- (C) convívio ou vivência familiar, comunitária e social.
- (D) integração à seguridade social.
- (E) desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social.

QUESTÃO 41

As entidades de atendimento desempenham função eminentemente pública e são responsáveis pela instalação e pela manutenção da Unidade, pelos recursos humanos e pelos materiais necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento. Às entidades cabe

- (A) supervisionar tecnicamente as entidades de atendimento, realizando, até mesmo, processos de avaliação e monitoramento.
- (B) articular e facilitar a promoção da intersetorialidade em nível governamental e com os demais poderes, de forma a realizar uma ação articulada e harmônica.
- (C) submeter ao competente Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente qualquer mudança que se pretenda operar no sistema socioeducativo ou em políticas, planos, programas e ações que os componham.
- (D) estabelecer convênios, termos de parceria e outras formas de contratos destinados ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei e sob medida socioeducativa.
- (E) inscrever o programa e suas alterações posteriores no Conselho Municipal/Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente de cada uma das localidades de execução.

QUESTÃO 42

A criação, o funcionamento e a estrutura do colegiado gestor devem ser normatizados por meio de instrumentos administrativos apropriados, os quais devem refletir a realidade e as necessidades do sistema. Ao colegiado gestor cabe

- (A) constituir-se em um mecanismo de integração orgânica e sistêmica do grupo de gestores do sistema socioeducativo.
- (B) ser um canal privilegiado para se estabelecer uma interlocução ativa e participativa entre os diferentes atores que integram as comunidades educativas.
- (C) compartilhar coletivamente o poder nos processos decisórios do planejamento à execução das ações.
- (D) elaborar e pactuar o conjunto de normas e regras a serem instituídas, que devem ter correspondência com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).
- (E) avaliar o trabalho da direção, da equipe, do próprio funcionário e do adolescente, de acordo com critérios constituídos pelo coletivo, bem como pelos indicadores de qualidade do trabalho.

QUESTÃO 43

No caso das entidades e(ou) programas de execução de medidas socioeducativas de internação, a organização do espaço físico deverá prever e possibilitar a mudança de fases do atendimento do adolescente, mediante a mudança de ambientes (de espaços), de acordo com as metas estabelecidas e conquistadas no plano individual de atendimento (PIA), favorecendo maior concretude em relação aos seus avanços e(ou) retrocessos do processo socioeducativo. Suas fases são as seguintes:

- (A) a inicial de atendimento, a intermediária, a conclusiva e a de convivência protetora.
- (B) a inicial de atendimento, a intermediária e a conclusiva.
- (C) a inicial de atendimento, a intermediária, a conclusiva e a de consolidação de avanço.
- (D) a inicial de atendimento, a intermediária de avanço, a intermediária de retrocesso e a conclusiva.
- (E) a inicial de atendimento, a intermediária, a conclusiva e a de consolidação de convivência protetora.

QUESTÃO 44

Os programas de atendimento que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas deverão buscar profissionais qualificados para o desempenho das funções, utilizando critérios definidos para seleção e contratação de pessoal; entre eles, análise de currículo, prova escrita de conhecimentos e entrevista. Fazem parte da política de capacitação as seguintes ações, além da capacitação introdutória,

- (A) formação psicológica e supervisão externa do Ministério Público.
- (B) formação continuada e acompanhamento do Poder Executivo.
- (C) formação jurídica continuada e acompanhamento externo com supervisão.
- (D) formação pedagógica continuada e supervisão externa da Vara da Infância.
- (E) formação continuada e supervisão externa e(ou) acompanhamento das Unidades e(ou) programas.

QUESTÃO 45

Os parâmetros arquitetônicos para unidades de atendimento socioeducativo, especificamente para aquelas unidades de atendimento que executam a internação, incluem

- (A) edificar as unidades de atendimento socioeducativo separadamente daquelas destinadas para adultos do sistema prisional, permitindo, no entanto, a construção em espaços contíguos ou de qualquer forma integrada a esses equipamentos.
- (B) utilizar, na cobertura, material adequado padronizado para todo o Brasil, prevendo a conveniente ventilação e proteção, independentemente das condições climáticas regionais.
- (C) observar que os quartos existentes nas residências (módulos) sejam para, no máximo, quarenta adolescentes.
- (D) privilegiar uma maior segurança externa e possibilitar a concepção de espaços internos que permitam o melhor desenvolvimento das atividades socioeducativas, respeitados os critérios preconizados no ECA.
- (E) prever unidades de atendimento socioeducativo de internação, obedecida a separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração, quando possível.

QUESTÃO 46

A proteção social básica será operada por intermédio de

- (A) hierarquização da rede pela complexidade dos serviços e abrangência territorial de sua capacidade face à demanda.
- (B) caráter contínuo e sistemático, planejado com recursos garantidos em orçamento público, bem como com recursos próprios da rede não governamental.
- (C) benefícios eventuais.
- (D) oferta, de maneira integrada, de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social para cobertura de riscos, vulnerabilidades, danos, vitimizações, agressões ao ciclo de vida, à dignidade humana e à fragilidade das famílias.
- (E) conquista de maior grau de independência pessoal e de qualidade nos laços sociais para os cidadãos e cidadãs sob contingências e vicissitudes.

QUESTÃO 47

O sistema INFOINFRA registrará informações variadas, utilizando

- (A) dados das condições socioeconômicas dos pais ou responsáveis do adolescente.
- (B) processos de apuração de ato infracional.
- (C) informações relativas às preferências sexuais dos adolescentes.
- (D) dados de eventuais contas bancárias dos adolescentes infratores.
- (E) levantamento de DNA para as adolescentes que sejam mães.

QUESTÃO 48

A avaliação de custos dos programas de atendimento socioeducativos tem por finalidade

- (A) gerar transparência na gestão.
- (B) embasar avaliações tendo em vista a aplicação dos recursos financeiros em proveito dos familiares do adolescente.
- (C) estruturar padrões de referência a serem utilizados em campanhas políticas, mas com atenção ao tema da criança e do adolescente.
- (D) subsidiar o planejamento de políticas públicas voltadas para o atendimento ao adolescente autor de atos infracionais, a serem promovidas pela Vara da Infância, pelo Ministério Público e pelo Poder Executivo.
- (E) possibilitar a conquista, no Congresso Nacional, de novas e atualizadas verbas para programa de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

QUESTÃO 49

Para fins de monitoramento e avaliação, o SINASE opera com os indicadores

- (A) de tortura.
- (B) de ato infracional com emprego de violência.
- (C) quantitativos dos programas.
- (D) de fluxo no sistema.
- (E) de fuga do sistema.

QUESTÃO 50

A respeito do crime de tortura, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente funcionários públicos ou particulares no exercício de atividades ligadas aos fins do Estado são sujeitos ativos do crime de tortura.
- (B) Somente funcionários públicos no exercício de suas atividades podem ser sujeitos ativos do crime de tortura.
- (C) O tipo do crime de tortura é elaborado como crime comum, razão pela qual pode ser praticado por qualquer pessoa.
- (D) No crime de tortura, o sujeito ativo pode ser a pessoa jurídica de direito público.
- (E) Somente o policial civil ou militar poderá ser sujeito ativo do crime de tortura.

QUESTÃO 51

No estabelecimento prisional Nova Canaã, o agente penitenciário João agrediu fisicamente o interno Tício, que cumpre pena por corrupção ativa. Para realizar essa agressão, João pendurou Tício pelas pernas em um pau, fixado em cavaletes, amarrando suas mãos ao calcanhar. Em seguida, desferiu diversos golpes em seus pés e costas, por aproximadamente duas horas. O diretor do estabelecimento, José, soube do que estava acontecendo e não tomou nenhuma medida para impedir que se perpetrassem as agressões físicas. Soube-se, posteriormente, que o motivo da agressão era o fato de Tício professar religião da qual o agente João discordava, razão pela qual o agente dizia que era em virtude de tal opção que o condenado havia cometido o crime. Informou-se, também, que a referida prática serviria para retirar maus espíritos que atormentavam Tício. Tendo em vista essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) João cometeu crime, mas não o de tortura, já que não visava obter confissão de crime, e o diretor do presídio não pode ser processado por não ter participado de nenhuma ação.
- (B) João cometeu crime de tortura, pois causou sofrimento físico em Tício, por discriminação religiosa, e o diretor do presídio responderá pela omissão em impedir que tal tortura ocorresse.
- (C) João cometeu crime de tortura, pois causou sofrimento físico em Tício, entretanto, para impedir que Tício praticasse crime, com base em religião proibida no Brasil. O diretor responderá também por tortura, já que, pelo princípio da unidade, não é permitido responder por crime diverso ao praticado pelo agente.
- (D) João cometeu crime de tortura, pois causou sofrimento físico em Tício, mas não deverá cumprir pena, já que não sabia que a atitude era crime. O diretor não responde por nenhum crime, vez que não praticou ato criminoso.
- (E) João cometeu crime de tortura, mas de ordem psicológica, pois não causou sofrimento físico em Tício, uma vez que, da agressão, não resultou lesão corporal ou morte. O diretor responde pelo mesmo crime.

Texto III, para responder às questões 52 e 53.

1 Pedro e Geraldo, integrantes de equipes formadas
por policiais militares, investigavam a prática de roubo
praticado por Francisco, de 65 anos, e Maria, grávida de 6
4 meses, com uso de arma de fogo. No roubo, em princípio,
teriam sido subtraídos de Joaquim certa quantia em dinheiro,
um relógio e um aparelho celular. Juntamente com os
7 policiais, Joaquim reconheceu o casal a poucos metros do
local do roubo. Os policiais indagaram Francisco acerca do
destino dos bens roubados, que respondeu que somente
10 havia subtraído um relógio, o qual havia vendido.

Inconformados com a resposta, os policiais militares,
para obterem a informação do destino e da localização dos
13 R\$ 180,00 e do aparelho celular, constrangeram Francisco
com emprego de violência consubstanciada em chutes no
estômago e testículos e emprego de cassetete, sob comando
16 de Pedro, causando lesões corporais ao agredido.

Geraldo colocou o cano de sua arma de fogo no
interior da boca de Francisco, dizendo-lhe que iria matá-lo,
19 passando, a seguir, a fazer **roleta russa** no ouvido e atrás de
sua cabeça, e efetuou um disparo próximo a Francisco,
causando-lhe, assim, sofrimento mental.

22 De igual modo e circunstâncias, movidos pelo
mesmo propósito, Pedro e Geraldo, acompanhados de outros
policiais militares, constrangeram Maria, mediante violência
25 consubstanciada em cotoveladas, coronhadas, tapas na face,
socos no estômago e genitália, colocando-a de joelhos, e
provocaram sofrimento mental fazendo com ela **roleta russa**
28 dizendo que Francisco, que se encontrava a certa distância
de Maria a critério dos policiais, já havia sido morto e que ela
seria a próxima.

31 Pedro puxou Maria pelos cabelos, desferiu tapas em
seu rosto e disse-lhe para rezar o último "Pai Nosso".

Mediante seu sofrimento físico e mental e em virtude
34 do disparo efetuado próximo a Francisco, Maria implorou,
desesperadamente, aos policiais que não a matassem, pelo
amor de Deus.

QUESTÃO 52

Com relação à situação hipotética descrita no texto III,
assinale a alternativa correta.

- (A) Pedro responderá por tortura física, e Geraldo, por tortura psicológica.
- (B) Os policiais cometeram somente o crime de tortura física, já que a psicológica fica absorvida pelo crime mais grave.
- (C) Os policiais cometeram crime de lesões corporais, constrangimento ilegal, ameaça e disparo de arma de fogo, não caracterizando isso tortura, no exercício de suas funções.
- (D) Os dois policiais cometeram crime de tortura física e psicológica, devendo ser acusados por isso.
- (E) Os policiais cometeram crime de tortura física e psicológica duas vezes cada um, devendo ser aplicada a pena em dobro, conforme determina a Lei de Tortura.

QUESTÃO 53

Ainda a respeito da situação hipotética do texto III, assinale a alternativa correta.

- (A) A pena deve ser aumentada em cinquenta por cento, por ser a torturada uma gestante.
- (B) A pena deve ser aumentada em dois terços, pelo fato de ser a agressão voltada contra idoso e gestante.
- (C) A pena deve ser aumentada de um sexto a um terço, por ser a tortura praticada contra idoso e gestante.
- (D) A pena deve ser aumentada de um terço a dois terços, por ser a tortura feita contra idoso e gestante.
- (E) A pena deve ser aumentada de um terço a três quintos, por ser a tortura realizada contra idoso e gestante.

QUESTÃO 54

Os policiais condenados por crime de tortura deverão iniciar o cumprimento de pena no regime

- (A) fechado, por imposição legal.
- (B) semi-aberto, como determina a Lei de Tortura.
- (C) aberto, como determina a Lei de Tortura.
- (D) de prisão domiciliar, como determina a Lei de Tortura.
- (E) de internação no quartel, como determina a Lei de Tortura.

QUESTÃO 55

A condenação por crime de tortura acarreta a perda de cargo, função ou emprego público

- (A) ou a interdição temporária de dois anos, sem receber salários.
- (B) e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- (C) e a interdição para seu exercício por igual prazo da pena aplicada.
- (D) e a interdição para o gozo de direitos políticos pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- (E) e a interdição para seu exercício da função policial pelo dobro do prazo da pena aplicada.

QUESTÃO 56

Autores de crime de tortura

- (A) não podem receber liberdade provisória sem fiança.
- (B) não podem receber liberdade provisória com ou sem fiança.
- (C) podem receber liberdade provisória sem fiança, desde que apresentem bens para assegurar o Juízo.
- (D) podem receber liberdade provisória sem fiança.
- (E) podem receber liberdade provisória sem fiança, por se tratar de crime hediondo.

QUESTÃO 57

O crime de tortura é

- (A) inafiançável e suscetível de graça ou anistia.
- (B) inafiançável e suscetível de graça, mas não de anistia.
- (C) afiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- (D) inafiançável e insuscetível de graça, mas suscetível de anistia.
- (E) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

QUESTÃO 58

Assinale a alternativa correta.

- (A) Não há progressão de pena para o crime de tortura, já que este é crime hediondo.
- (B) Admite-se a progressão de pena para o crime de tortura, após o cumprimento de um sexto da pena, independentemente de ser primário ou reincidente o autor.
- (C) Admite-se a progressão de pena para o crime de tortura, após o cumprimento de dois quintos da pena, se o apenado for primário, e de três quintos, se reincidente.
- (D) Admite-se a progressão de pena para o crime de tortura, após o cumprimento de um sexto da pena, se o apenado for primário, e de dois terços, se reincidente.
- (E) Admite-se a progressão de pena para o crime de tortura, após o cumprimento de dois terços da pena, independentemente de ser primário ou reincidente o autor.

QUESTÃO 59

Se, da prática de crime de tortura, resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é

- (A) de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.
- (B) de reclusão de três a doze anos; se resulta morte, a reclusão é de doze a trinta anos.
- (C) a prevista para o crime de tortura, além da pena prevista para a lesão corporal ou o homicídio.
- (D) de reclusão de dez a quinze anos; se resulta morte, a reclusão é de vinte a vinte e cinco anos.
- (E) de reclusão de oito a dezesseis anos; se resulta morte, a reclusão é de doze a trinta anos.

QUESTÃO 60

Policia federal, na sua atividade legal, descobre que criminoso de alcunha Galego participara de assalto à Casa da Moeda, ocasião em que foram roubados seiscentos milhões de reais. De posse dessa informação, o agente da lei sequestra o bandido e passa a aplicar-lhe afogamento e choques, desfere-lhe tapas e pontapés, com a finalidade de obter informações sobre onde escondera o dinheiro. Após conseguir tais informações, franqueia a liberdade a Galego. Pelos crimes cometidos, a pena a ser aplicada a esse policial

- (A) corresponde à somatória da pena do crime de tortura mais a majorante do sequestro, acrescida da pena do sequestro do Código Penal.
- (B) é a da tortura, com a majorante do sequestro.
- (C) é a do sequestro, com a majorante da tortura.
- (D) é a da tortura, com a majorante do sequestro, acrescida da metade.
- (E) é a da tortura, com a majorante do sequestro qualificado, acrescida, em todo caso, de dois terços.

RASCUNHO

PROVA APLICADA

PROVA APLICADA